

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
INTRODUÇÃO.....	21
1. UMA BREVE HISTÓRIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	29
1.1. As influências remotas do devido processo legal.....	29
1.2. O <i>rule of law</i> medieval inglês	32
1.3. A cláusula do devido processo legal na quinta e na déci- ma quarta emenda à Constituição dos Estados Unidos ..	36
1.4. O desenvolvimento do devido processo legal em suas di- mensões procedimental e substantiva.....	40
1.4.1. O “abandono” da <i>common law</i> inglesa rumo a uma interpretação evolutiva	40
1.4.2. Quais são as garantias mínimas da dimensão pro- cedimental do devido processo?.....	42
1.4.2.1. As garantias estabelecidas em Gold- berg v. Kelly e Mathews v. Eldridge	42
1.4.2.2. Tecnologia e privacidade: o relevante voto do <i>justice</i> Alito em United States v. Jones.....	47
1.4.3. A dimensão substantiva do devido processo legal	50

1.4.4. Unindo as pontas: a síntese do devido processo legal na jurisprudência norte-americana	53
1.5. É possível falar em uma eficácia horizontal da cláusula do devido processo legal?	54
1.5.1. A doutrina norte-americana do <i>state action</i>	54
1.5.2. Sintetizando o estado da arte da doutrina da eficácia horizontal dos direitos fundamentais no Brasil e no mundo.....	58
1.5.3. A filosofia liberal verticalista e o horizontalismo republicano	64
1.5.4. A silenciosa “revolução horizontalista” empreendida pela Corte Europeia de Direitos Humanos e as obrigações positivas estabelecidas na Convenção	71
1.6. Teste para a aplicação horizontal da cláusula do devido processo legal.....	76
2. A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O CONSTITUCIONALISMO DIGITAL.....	83
2.1. Introdução: estamos diante de uma quarta revolução industrial?	83
2.2. Principais desdobramentos da quarta revolução digital ..	88
2.3. Conceitos fundamentais para a compreensão da virada tecnológica	89
2.3.1. Algoritmos	89
2.3.2. Inteligência artificial.....	92
2.3.3. <i>Machine learning e deep learning</i>	98
2.3.4. Internet das coisas (<i>Internet of Things</i> – IOT)	100
2.4. Transformações tecnológicas no contexto jurídico	102
2.4.1. O crescimento da adjudicação administrativa no século XXI e a automação tecnológica	102
2.4.2. A transformação digital no Poder Judiciário e suas implicações éticas.....	106

2.4.2.1. Automação e transformação do processo.....	109
2.4.2.2. Audiências por videoconferência e telepresenciais	112
2.4.2.3. Cortes remotas	116
2.4.2.4. O exemplo da reforma judicial inglesa e a preocupação com o acesso à justiça de grupos vulneráveis	122
2.4.2.5. O projeto brasileiro de Justiça 4.0	127
2.4.3. Ciência de dados, jurimetria e vieses cognitivos	136
2.4.4. <i>Blockchain</i> e contratos inteligentes (<i>smart contracts</i>)	141
2.4.5. Crimes virtuais e cibersegurança. <i>Deep web</i> e <i>Dark web</i>	148
2.4.6. Criptomoedas e lavagem de dinheiro.....	151
2.4.6.1. Características centrais das criptomoedas.....	151
2.4.6.2. Disciplina jurídica	154
3. CONSTITUCIONALISMO DIGITAL.....	162
3.1. Conceito e escopo do constitucionalismo digital.....	162
3.2. Problemas: as principais questões jurídicas decorrentes da virada tecnológica	167
3.2.1. Privacidade e transparência no uso de dados.....	168
3.2.2. Liberdades de expressão e de reunião	173
3.2.3. Obstáculos à liberdade de acesso ao trabalho	176
3.2.4. Acesso aos serviços públicos e ausência de garantias processuais	178
3.2.5. O uso de <i>data matching</i> e <i>mining</i> no campo da prevenção criminal e ausência de um devido processo legal.....	182

3.2.6. Discriminação no uso de algoritmos de reconhecimento facial para fins de monitoramento policial.....	189
3.2.7. Vieses cognitivos, preconceitos implícitos e ruídos em processos decisórios.....	196
3.2.8. Outras questões discriminatórias e suas razões....	205
3.3. Ciberspaço, <i>rule of law</i> e o exercício de atividades públicas em uma sociedade algorítmica.....	207
3.4. O desenvolvimento do constitucionalismo digital europeu.....	217
3.4.1. Primeira fase: liberalismo digital.....	217
3.4.2. Segunda fase: ativismo judicial.....	223
3.4.3. Terceira fase: o constitucionalismo digital.....	231
3.5. Existe um constitucionalismo digital brasileiro?.....	241
3.5.1. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) como um diploma central de primeira dimensão.....	242
3.5.2. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) como um diploma central de segunda dimensão.....	246
3.5.3. A Resolução CNJ nº 615, de 11 de março de 2025: diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário.....	247
3.5.3.1. Contexto histórico da regulação da IA no Poder Judiciário brasileiro.....	247
3.5.3.2. Fundamentos conceituais.....	248
3.5.3.3. Governança e estrutura institucional ..	249
3.5.3.4. Proteção de dados e segurança.....	251
3.5.3.5. Transparência e prestação de contas....	252
3.5.3.6. Regulação da IA Generativa e Modelos de Linguagem de Larga Escala.....	253

3.5.3.7.	Supervisão humana e autonomia do magistrado	254
3.5.3.8.	Vedações específicas e categorização de riscos	255
3.5.3.9.	Mecanismos de implementação e adequação.....	256
3.5.4.	A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e seus eixos temáticos.....	257
4.	ESBOÇO DE UM DEVIDO PROCESSO DIGITAL: ALCANCE E CONTEÚDO.....	260
4.1.	Introdução: tecnoautoritarismo <i>vs.</i> humanismo digital.....	260
4.2.	O microsistema brasileiro de tutela de direitos cibernéticos.....	261
4.3.	A incidência da cláusula do devido processo nas relações verticais entre indivíduo e Estado	266
4.4.	O problema da incidência da cláusula do devido processo legal no setor privado: em busca de uma solução no Estado de Direito	267
4.5.	Devido processo formal: garantias mínimas para um ecossistema digital	273
4.5.1.	Contraditório e ampla defesa: notificação adequada, participação e julgamento imparcial com reversibilidade de papéis	274
4.5.2.	Princípio da auditabilidade.....	280
4.5.3.	Princípio da transparência e direito a explicações contrafactuais.....	284
4.5.4.	Princípio da consistência ou regularidade procedimental.....	292
4.5.5.	Princípio do controle social	293
4.5.6.	Princípio da precaução	296
4.5.6.1.	O Direito da antidiscriminação e a discriminação indireta proporcionada por ferramentas de automação.....	297

4.5.6.2.	A impossibilidade de delegação do processo decisório e a necessidade de utilização de procedimentos consistentes na identificação de práticas abusivas.....	300
4.6.	A dimensão substantiva do devido processo legal digital	304
4.6.1.	Princípio da privacidade diferencial sobre dados e inferências	306
4.6.2.	Direito a inferências razoáveis: existiria um direito a como ser visto?	311
4.6.3.	Vedações decorrentes do princípio da prevenção da automação discriminatória.....	317
4.7.	Devido processo e a disciplina das evidências digitais no Brasil.....	323
4.7.1.	Conceitos fundamentais.....	324
4.7.1.1.	Endereço de protocolo de internet (endereço IP), <i>domain names</i> e DNS ..	324
4.7.1.2.	Provedores de conexão à internet.....	327
4.7.1.3.	Provedores de aplicações de internet ...	328
4.7.1.4.	Servidores proxy, VPN e rede TOR....	329
4.7.2.	O regime processual estabelecido pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)	331
4.7.3.	Metodologia básica para a produção da prova digital.....	335
4.7.4.	Busca e apreensão virtual x interceptação de fluxo de dados: distinções necessárias	337
4.7.5.	Busca e apreensão de dispositivos informáticos ou telemáticos, cadeia de custódia da prova, perícia e <i>hashing</i>	339
4.7.6.	Pedidos de preservação de conteúdo	346
4.7.7.	A coleta de evidências criminais por requisição judicial direta ou acordos de cooperação mútua (MLAT)	347
5.	CONCLUSÃO.....	353
6.	REFERÊNCIAS	359